

A ESCOLARIZAÇÃO DO ESPORTE NAS DÉCADAS DE 1920 E 1930: A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E A ENERGIZAÇÃO DO CARÁTER¹

GRAD. CHRISTIANE GARCIA MACEDO

Licenciada em Educação Física pela Universidade Federal de Goiás e Professora da Rede Pública Municipal de Goiânia, Mestranda em Ciências do Movimento Humano na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Goiânia – Goiás – Brasil)
E-mail: chrismacedo@gmail.com

DRA. SILVANA VILODRE GOELLNER

Doutora em Educação pela UNICAMP e Professora da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Pesquisadora CNPq
(Porto Alegre – Rio Grande do Sul – Brasil)
E-mail: vilodre@gmail.com

LINHALES, Meily A. *A escola e o esporte: uma história de práticas culturais*. São Paulo: Cortez, 2009. 272 p.

“Energizar o caráter”, este era um dos principais temas discutidos pelos intelectuais brasileiros no início do século XX, dentre estes, aqueles que integravam a Associação Brasileira de Educação (ABE)². É nesta instituição, especialmente na sua

1 Houve financiamento da CAPES, na modalidade de bolsa de mestrado, para a realização deste trabalho.

2 A ABE é uma sociedade civil fundada em 15 de outubro de 1924 por Heitor Lyra da Silva, com sede na Cidade do Rio de Janeiro.

Seção de Educação Física e Higiene (SEPH), que Meily Assbú Linhales vai buscar elementos para discutir a Educação Física brasileira e o processo de escolarização do esporte, nas décadas de 1920 e 1930, apresentadas no livro *A escola e o esporte: uma história de práticas culturais* (2009).

A obra é fruto da tese “A escola, o esporte e a ‘energização do caráter’: projetos culturais em circulação na Associação Brasileira de Educação (1925-1935)”, defendida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, em 2006, sob orientação de Luciano Mendes de Faria Filho.

A pesquisa desenvolvida por Linhales traduz-se em uma versão da história da escolarização do esporte cuja narrativa se constrói a partir do entrelaçamento que elabora entre fontes primárias e secundárias e o diálogo que estabelece com autores que tomam o esporte e a escola como práticas que “constituem e são também constituídas por um conjunto de dispositivos disciplinares que podem ser considerados tipicamente modernos” (LINHALES, 2009, p. 18).

O trabalho historiográfico desenvolvido dialoga de forma muito próxima com fundamentos teóricos e metodológicos da História Cultural, cuja proposição busca “decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressaram a si próprios e o mundo” (PESAVENTO, 2005, p. 42). A autora recorre a diversos autores brasileiros e estrangeiros cujas abordagens sobre o esporte, escola, modernidade, corpo, poder e política conformaram um mosaico de fontes e informações capazes de, no entrelaçamento das idéias, contribuir para a produção de uma narrativa sobre o processo de escolarização do esporte no Brasil. Nessa perspectiva não anuncia nenhuma “filiação teórica-metodológica”, no entanto dialoga, constantemente, com autores que desenvolvem seus trabalhos (historiográficos ou não) a partir de uma orientação crítica.

Tendo como pano de fundo a idéia da modernidade e suas interpretações no contexto nacional, a autora tece uma trama na qual busca compreender o processo de escolarização das práticas esportivas em um tempo no qual se apostava na eficiência da escola como uma possibilidade de organização e disciplinarização da vida social. Para tanto, divide o livro em cinco capítulos que, apesar de diferentes entre si, mantêm-se unidos por uma narrativa plena de descontinuidades cujo ir e vir confere ao texto um caráter dinâmico, audacioso e pertinente. Tal afirmação justifica-se não apenas pela investigação feita em documentação inédita para a historiografia da Educação Física brasileira como pelo modo como as análises são produzidas, de modo a possibilitar a emergência de tensões, conflitos, rupturas entre representações até então consolidadas na área. Nesse particular destacamos a relação entre a ABE e os militares, em especial o episódio da confecção de dois

importantes documentos da área: o anteprojeto de lei criado pelo Ministério de Guerra do Governo Washington Luis relativo à Educação Física e o parecer conferido pela ABE a esse documento, como analisaremos mais adiante.

No primeiro capítulo, *O Sport no “clima cultural” da década de 1920: a “energização do caráter”*, a autora situa o esporte como um importante elemento do processo civilizador da sociedade brasileira de então. Relacionado à vida moderna, o surto esportivo foi observado a partir de autores contemporâneos que fazem essa análise dando ênfase a alguns textos produzidos entre 1915 e 1928 nos quais o esporte e seu vínculo com a educação figuravam como tema central. A partir do diálogo entre as diferentes fontes de pesquisa, destaca que a referência para entender o esporte no clima cultural da década de 1920 ancora-se na idéia de “energizar o caráter”, termo este intimamente relacionado com as metáforas maquinicas e com a busca da eficiência dos corpos. Energizar, neste contexto, implica potencializar, tornar eficaz, firme ou, ainda, “tornar um sistema capaz de realizar trabalho. O sistema em questão é o caráter de cada brasileiro, sua alma, seu temperamento, sua índole, que tem no corpo sua elementaridade física” (LINHALES, 2009, p. 27). Assim, o esporte passa a ser lido como uma prática que poderia integrar o projeto brasileiro de modernidade, dada a sua capacidade de potencializar a máquina humana e revesti-la de um caráter forte, aguerrido e cívico.

Linhales monta um panorama a partir dos significados atribuídos às práticas esportivas, se utilizando de autores da época, evidenciando um repertório diversificado de representações desta prática corporal e sua relação com a educação, a escola e a modernização de um país que beirava a rusticidade.

Nesse sentido faz ver o quanto o esporte mostrava-se produtivo para entender a sociedade da época, pois não havia consenso entre estes autores sobre seu papel junto a formação de brasileiros e brasileiras. Vale lembrar que, em que pese tais discussões, o esporte já era uma prática disseminada socialmente e adentrava a escola a partir de um duplo movimento: por um lado era identificado como algo que precisava ser orientado e pedagogizado (disciplinado); por outro, era visto como capaz de servir à educação, impregnando a instituição escolar de sentidos e significados modernizadores contribuindo, portanto, para superação daquilo que era considerado rústico e atrasado.

O segundo capítulo é dedicado a entender a rede de sociabilidade criada pela ABE com algumas instituições que atuavam no campo do esporte. Para tanto, Linhales debruça-se nos arquivos da ABE perscrutando fontes de diferente natureza, muitas delas, inéditas. Ao investigar atas, correspondências, teses, inquéritos, fotografias, entre outras percebe que três instituições destacaram-se na interlocução com a ABE quando o tema em pauta era o esporte: o Club dos Bandeirantes do Brasil, para o

qual a modernização era palavra de ordem, sob forte influência norte-americana; a Instituição Militar, que era movida pela disciplina e pela ordem de modo a ver no esporte na instituição escolar e fora dela uma possibilidade para a formação física, moral e social das novas gerações; a Associação Cristã de Moços (ACM), que tinha com maior afinidade pedagógica com a ABE e trazia outro projeto para a Educação Física que não ligado ao militar, mas priorizando a formação de professores (técnicos) e a criação de parques e praças no cenário das cidades observados como espaços e tempos recreativos e educativos. Instituição essa marcadamente inspirada por idéias e práticas americanas.

Segundo a autora, homens bandeirantes, oficiais instrutores do Centro Militar de Educação Física e especialistas da ACM são alguns dos sujeitos participaram dessa rede de sociabilidade estabelecida para e com a ABE. “Da sua interlocução emergiram algumas das balizas pedagógicas e culturais que produziram a escolarização do esporte em meio a outros assuntos: a modernidade, a técnica, a disciplina corporal e social, o reordenamento urbano, os tempos e espaços escolares” (LINHALES, 2009, p. 116).

É exatamente sobre esse tema que versa o terceiro capítulo, *Nos lugares educativos produzidos pela ABE, o esporte como uma baliza moderna....*, no qual a autora evidencia a presença político-cultural da ABE no cenário nacional cujo foco estava direcionado para o sistema escolar e, também, para outros espaços educativos visando, sobretudo, a regeneração social pela educação.

Ao analisar as fontes, em especial as produzidas pela ABE, Linhales indica que, na Seção de Educação Física e Higiene (SEPH), os jogos infantis, assim como a saúde e a higiene, foram destacados como formas de educação do corpo na escola sendo o esporte identificado como integrante de um projeto direcionado para a superação do que era considerado como degenerado. O que não implica afirmar que essa representação tenha sido hegemônica no interior da ABE. Ao contrário, foi palco de tensões, disputas e negociações conforme a autora explicita ao analisar as ações desencadeadas pela SEPH e, também, outras intervenções de cunho educacional desenvolvidas pela instituição como, por exemplo, conferências, ações comemorativas, desfiles, apresentações de ginástica, elaboração de teses, boletins, entre outras.

Vale destacar suas análises sobre as teses defendidas na I, II e III Conferência Nacional de Educação, organizada pela ABE, respectivamente na cidade de Curitiba (1927), Belo Horizonte (1928) e São Paulo (1929). Nestas teses o esporte não era aceito de forma homogênea: se por alguns grupos era exaltado como lugar de regeneração, outros o criticavam como lugar de vícios. O grupo católico, por exemplo, criticou a utilização de poucas roupas para a prática esportiva, podendo trazer prejuízos morais aos jovens. Nestas conferências ganham força o debate

sobre formação de professores e técnicos, principalmente, sobre quem deveria formá-los. A educação esportiva, ganha ar de eficiência na escola, pois poderia ser útil para fortalecer o corpo-nação através de ideais cívicos e eficientes modelando, assim, a elite nacional.

Esse embate aparecerá na análise minuciosa que a autora faz no quarto capítulo – *Os militares e a ABE: contenções aos “excessos” de poder* - sobre dois documentos que, historicamente, tem sido referenciado nos estudos que reconstroem a edificação da Educação Física no Brasil: o anteprojeto de lei criado pelo Ministério de Guerra do Governo Washington Luis relativo à Educação Física e o parecer emitido pela ABE, que teria trazido “severas críticas” ao documento.

Para desenvolver sua análise, Linhales menciona outros autores que analisaram esta polarização tais como Inezil Penna Marinho, Celso Castro, José Silvério Baia Horta, José Tarcísio Grunennvaldt, Carmem Lúcia Soares, Mário Cantarino e Amarílio Ferreira Neto cujas análises, grosso modo, enfatizaram o caráter militar do Anteprojeto. Para além deles, podemos citar, ainda, outros estudos que também afirmaram esta posição como, por exemplo, Melo e Nascimento (2000), Archanjo e Simões (2010) e Leandro (2002). Ou seja, a visão de um Anteprojeto militarizado e de um parecer crítico a ele por parte da ABE, antes da pesquisa em tela, era tomado como “verdadeiro” na historiografia da Educação Física brasileira.

Por meio de uma análise inovadora, Linhales desconstrói esta polarização evidenciando os atravessamentos, as negociações, as tramas que se fizeram sentir, tanto na elaboração de ambos, quanto nas repercussões decorrentes de sua divulgação pública. Mostra, enfim, que o anteprojeto não era tão militarizado quando pressunhamos, nem o parecer explicitava uma “severa crítica” ao documento, conforme adjetivação feita por Inezil Penna Marinho e aceita sem muitas restrições na área. Ao reconstruir alguns dos percursos trilhados para a elaboração destes documentos, a autora faz ver que o anteprojeto não foi feito exclusivamente por militares e que o parecer da ABE foi um desdobramento de várias ações e discussões travadas em seu interior. Inicialmente foi elaborado um primeiro parecer encaminhando estudos e um questionário a diversos profissionais e intelectuais envolvidos com a Educação Física. O segundo parecer, conhecido como o da “severa crítica” ao poder militar, veio posteriormente, questionando quem deveria formar os professores (crítica aos militares como instrutores) e defendendo a diversidade e pluralidade regionais (crítica ao modelo único a ser implementado em todo o território nacional). No entanto, não deixou de expressar, também, um forte caráter disciplinador.

Ao confrontar os documentos a autora conclui: “se por um lado, a doutrina militar engessava a educação para a autonomia, princípio pedagógico caro a alguns educadores, por outro, compunha, de bom tom o projeto de nacionalização e de

conformação de um ideário de saúde e formação moral e patriótica” (LINHALES, 2009, p. 201). Ou seja, na tessitura de ambos houve vários entrecruzamentos, fundamentalmente, no que tange a percepção de que a formação das elites era imprescindível para regeneração social. As tensões se fizeram presentes na forma como cada instituição elaborou tal projeto e o papel que o esporte nele desempenharia, o que acabou por promover uma disputa entre a “mentalidade desportiva” e a “mentalidade clínica, médico-pedagógica”.

No último capítulo do livro, *Nacionalismo e melancolia ... as vicissitudes da “energização do caráter”*, a autora examina a tentativa da Seção de Educação Física e Higiene de produzir um “Projeto de Educação Física Nacional”, bem como a organização, pela ABE, do VII Congresso Nacional de Educação (CNE) realizado no Rio de Janeiro, em 1935, cujo tema central era a Educação Física. O esporte era presença marcante nestes dois “eventos” compreendido como força a ser disciplinada e, ao mesmo tempo, como molde disciplinador. Razão pela qual, sua escolarização mobilizou tantos sujeitos e instituições chegando a pautar, de certo modo, a realização de um congresso do porte do VII CNE que, além de discussões acadêmicas, promoveu encontros políticos, demonstrações de ginástica, desfiles de atletas visando ressaltar a importância e a necessidade de se estabilizar as bases para a Educação Física nacional.

Durante sua realização, que perdurou por duas semanas, aconteceram várias demonstrações de ginástica e desfiles. Nessa perspectiva, ganha destaque na imprensa da época a “Grande Parada Esportiva”³, a demonstração orfeônica que aconteceu no *stadium* do Clube de Regatas Vasco da Gama⁴ e as reuniões institucionais com chefes de estados objetivando a organização de conselhos e departamentos estaduais de educação. Ganha destaque, também, como evidencia Linhares, as estratégias para dar a essas duas ações uma dimensão muito maior do que, efetivamente tiveram, e que alçavam o esporte a um lugar de destaque na organização da vida social. Diante desse intento, se fazia premente criar estratégias para pedagogizá-lo e a escola despontou como *locus* privilegiado para tal, fundamentalmente nas aulas de Educação Física.

3 Desfile cuja divulgação registra a participação de 15.000 atletas. Ao questionar as fontes, Linhares faz ver o quanto esse caráter eufórico foi coercitivamente organizado e demonstrado, pois o Rio de Janeiro, nessa época, não possuía tal contingente de atletas. Para configurar tal grandiosidade, outros sujeitos foram requisitados para participar do desfile, inclusive, alunos do Colégio Pedro II que foram convocados cujo não comparecimento demandaria uma punição como infração disciplinar.

4 Aconteceu na noite do dia 26 de junho de 1935 e reuniu cerca de 20.000 alunos das escolas públicas do Rio de Janeiro sob regência do maestro Heitor Villa-Lobos.

O documento final do VII Congresso Nacional de Educação destaca quatro pontos almejados pela ABE para a Educação Física: “ênfase na sua dimensão recreativa, participação no plano nacional de educação, formação civil de professores e não aparelhamento da escola pelo escotismo” (LINHALES, 2009, p. 247). Explicita, ainda, a leitura que se tem do esporte naquele tempo cuja escolarização ao mesmo tempo poderia ser salutar e perigoso (LINHALES, 2009, p. 250).

Ao folhear as páginas deste livro nos deparamos com análises rigorosas e inovadoras cujos resultados colocam em circularidade idéias, práticas e discursos sem tomá-los como fixos nem verdadeiros. Linhales trabalha muito bem com as fontes que ancoram a sua investigação de modo a questioná-las e colocá-las em constante diálogo com outros vestígios do período estudado. Explicita as tensões, as reticências de forma a fazer emergir uma interpretação não linear da intervenção da ABE no contexto da Educação Física escolar. Exemplar dessa afirmação é a discussão sobre o Anteprojeto Militar e o parecer elaborado pela ABE que, em última instância, revela dissonâncias e consensos em relação à formação profissional e a matriz pedagógica e científica almejada para a Educação Física brasileira.

Ao construir essa versão sobre o processo de escolarização do esporte, Meily Assbú Linhales não apenas vasculha e interpreta fontes antes não visitadas pela historiografia da educação física brasileira, como produz novas pistas, vestígios e indícios que aguçam a curiosidade, a sensibilidade e a inteligência. As várias reticências que utiliza na construção da sua narrativa indicam que os “rastros” que encontrou e aqueles que produziu ao longo da sua investigação devem continuar sendo perseguidos pois “a experiência de contar histórias se justifica no desejo de não esquecer-las [...]” (LINHALES, 2009, p. 21).

O livro “A escola e o esporte: uma história de práticas culturais” apresenta bons motivos para ser lido não apenas por pesquisadores e estudantes do campo da Educação Física, mas, sobretudo, por aqueles que se interessam por entender como uma prática cultural (no caso o esporte) passa a ser representada como território fecundo para a modernização do país e, paralelamente, como recurso de perpetuação de valores pautados na disciplina dos corpos e subjetividades. Se por um lado, o livro ajuda a pensar no caráter dinâmico do poder e suas múltiplas faces, práticas e discursos, por outro evidencia ausências no adensar de análises que pudessem explicitar, com mais clareza, os vínculos e afiliações políticas de determinados grupos que compunham ou dialogavam com a ABE. Nessa perspectiva talvez um mergulho em fontes que não as produzidas por essa instituição fosse pertinente, ainda que se saiba que essa seria, provavelmente, uma outra história. Ainda que essa ausência se faça presente na investigação desenvolvida por Linhales de modo algum fragiliza ou minimiza a importância da obra: ao contrário, faz ver

que estudos nessa direção são raros na historiografia da Educação Física brasileira e, portanto, necessários.

REFERÊNCIAS

ARCHANJO, F. M.; SIMÕES, J. L. "Mente e corpo sadio": a educação física e esportes nos colégios católicos do Recife durante o estado novo. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, SAÚDE E CULTURA CORPORAL, 4., Recife, 2010. *Anais...* Recife, 2010.

LEANDRO, M. R. *Educação Física no Brasil: uma história política*. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro Universitário UNIFMU, São Paulo, 2002.

LINHALES, M. A. *A escola e o esporte: uma história de práticas culturais*. São Paulo: Cortez, 2009. 272 p.

MELO, V. A.; NASCIMENTO, R. C. O papel dos militares no desenvolvimento da formação profissional na educação física brasileira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 1., Rio de Janeiro, 2000. *Anais...* Rio de Janeiro, 2000.

PESAVENTO, S. J. *História & história cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 132 p.

Recebido: 13 out. 2010

Aprovado: 05 mar. 2011

Endereço para correspondência:

Christiane Garcia Macedo

ESEF – UFRGS

Rua Felizardo, 750, Jardim Botânico

Porto Alegre - RS

CEP: 90690-200